

Contas externas têm saldo negativo

» As contas externas do país tiveram saldo negativo em março, de US\$ 2,245 bilhões, informou nesta segunda-feira (28) o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2024, o déficit foi de US\$ 4,087 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A melhora na comparação interanual é resultado do aumento de US\$ 1,3 bilhões no superávit comercial, em razão, principalmente, do aumento das exportações, e do recuo de US\$ 895 milhões no déficit em renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas). Em contrapartida, o déficit em serviços aumentou US\$ 460 milhões, contribuiu para o saldo negativo nas transações correntes.

Em 12 meses encerrados em março, o déficit em transações correntes somou US\$ 68,467 bilhões, 3,21% do Produto Interno Bruto (PIB), (a soma dos bens e serviços produzidos no país), ante o saldo negativo de US\$ 70,310 bilhões (3,28% do PIB) no mês anterior. Já em relação ao período equivalente terminado em março de 2024, houve aumento significativo no déficit, com o resultado em 12 meses negativo em US\$ 26,307 bilhões (1,17% do PIB).

De acordo com o BC, as transações correntes têm cenário bastante robusto e vñham com tendência de redução nos déficits em 12 meses, que se inverteu a partir de março de 2024. De fevereiro para março desde ano, isso se inverteu. De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, é preciso observar, nos próximos meses, se esse resultado significa uma inflexão ou foi pontual no mês.

Ainda assim, o déficit externo está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país, que têm fluxos e estoques de boa qualidade.

CENTRO SOCIOEDUCATIVO "PERSEVERANÇA"											
SEDE: Rua Padre Maurício, 330 - 3º andar - Vila Diva - São Paulo - Fone: 2672-8200 - CEP: 03351-000 - CNPJ: 44.082.642/0001-52 - Unidade Pública Federal: Decreto de 23 de Junho de 1992 - Processo MJ nº 8.411/92-74 Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social nº 16.016 - Conselho Nacional Serviço Social/222.291/08 - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos 28996/019943/94-31											
Apresentamos a seguir as demonstrações contábeis concernente aos trabalhos desenvolvidos nessa Instituição, com base nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, representadas pelo Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, incluindo as Notas Explicativas.											
Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)						Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2024	2023	Receitas Operacionais	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante				Convênios com órgãos governamentais (com restrição)	17	6.230.771,45	10.525.635,90
Caixa e equivalentes de caixa	5	739.390,31	677.264,55	Fornecedores a pagar	11	165,94	100.390,11	Doações	18	-	205.752,58
Caixa e equivalentes de caixa c/restrição	5	2.367.293,96	1.904.825,70	Convênios a realizar	10	9.229.851,60	8.952.465,84	Contribuição para custeio	-	-	1.014.420,00
Convênios a receber	6	9.229.851,60	8.952.465,84	Obrigações tributárias	12	1.454,45	832,50	Insenção usufruída das contribuições sociais	809.374,41	391.525,95	1.255.439,15
Adiantamento	7	412.074,45	350.115,91	Obrigações trabalhistas	13	621.374,05	595.677,09	Subsídio Estatutário	203.500,00	356.600,00	560.100,00
				Outras Contas a Pagar	11	66.459,42	1.791,82	Atualização de crédito	0,14	-	3,72
						9.919.305,46	9.651.257,36	Mensalidades de Associados	-	-	-
								Crédito NF Estatutário	-	-	-
Não Circulante				Não Circulante				Despesas Operacionais			
Convênios a receber	8	15.736.796,75	26.539.818,41	Convênios a realizar	14	15.736.796,75	26.539.818,41	Despesas com pessoal e encargos	(3.928.596,65)	(1.848.812,88)	(352.563,31)
				Convênios imobilizado		72.680,27	96.010,46	Despesas administrativas	(1.313.428,17)	(55.230,48)	(3.572.213,68)
						15.809.477,02	26.635.828,87	Despesas com prestadores de serviço	(985.571,90)	(245.983,57)	(1.556.478,97)
Imobilizado	9	5.310.255,85	5.378.255,85	Patrimônio líquido	15	2.385.180,06	2.516.339,56	Despesas com impostos, taxas e contribuições	(17.219,87)	(27.490,39)	(47.399,35)
Depreciação	9	(2.048.843,27)	(1.894.568,91)	Patrimônio social		3.235.911,06	3.235.911,06	Insenção usufruída das contribuições sociais	(809.374,41)	(391.525,95)	(1.255.439,15)
		3.261.412,58	3.483.686,94	Ajuste de Avaliação Patrimonial	16	396.946,05	(131.159,50)	Subsídio Estatutário	-	(560.100,00)	(384.900,00)
				Superávit (-) Déficit (+) do período		6.018.037,17	5.621.091,12			(13.121.665,64)	(11.594.455,89)
Total do ativo		31.746.819,65	41.908.177,35	Total do passivo e patrimônio líquido		31.746.819,65	41.908.177,35			439.685,71	(96.968,17)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional: O Centro Socioeducativo Perseverança é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social, com Sede na Cidade de São Paulo. É uma entidade de caráter assistencial filantrópico que tem como objetivo principal o atendimento a crianças em risco e vulnerabilidade social, no período diurno de segunda a sexta-feira, fornecendo alimentação, desenvolvendo atividades pedagógicas nos projetos de acordo com as características das faixas etárias de 0 a 15 anos. Em 2024 foram atendidas 1.514 crianças na faixa etária de 0 a 15 anos de idade, o atendimento é realizado sem qualquer ônus para as famílias, pois a finalidade maior do Perseverança é proporcionar condições para a realização deste objetivo. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis de 2024, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2008 que altera artigos da Lei No. 6.402/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. **3. Formalidades da escrituração contábil:** A entidade mantém um sistema de escrituração contábil. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Contábil para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações do Conselho de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. **4. Principais práticas contábeis adotadas:** a) **Principais práticas contábeis adotadas:** a) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas variações estão reconhecidos no resultado; b) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC-TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata para serem utilizados em caixa e de 11/638/2007, Lei nº 11.941/2008 que altera artigos da Lei No. 6.402/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. **5. Convênios:** Para a contabilização de seus convênios com órgãos governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002. **6. Estimativa de créditos de liquidação duvidosa:** Esta provisão não foi constituída, pois Administração da entidade entende que os créditos serão recebidos em sua totalidade. **7. Adiantamento:** Em 31/12/2020 foi atualizado o Laudo de Avaliação Pericial, obedecendo a diretrizes e critérios estabelecidos pelas NBR 14.853-1 ABNT bem como a NBC TG 27 Ativo Imobilizado. O trabalho foi executado pela empresa Rede de Perícias e Avaliações. A avaliação destes Bens foi feita através de Análise do seu Valor, revisão das Taxas de acordo com a vida útil dos bens conforme regulamentado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução nº. 1.177/09. Também, no referido Laudo foram realizados os testes de Impairment conforme preceito a Resolução 1.292/10. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **f) Passivo Circulante e Não Circulante:** os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis

registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compensem a escrituração contábil. A documentação contábil inclui, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil e nos usos e costumes. A entidade mantém a documentação contábil em ordem a documentação contábil. 4. Principais práticas contábeis adotadas: a) Auração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que			
		2024	2023
a. Sem restrição			
Caixa		5.601,89	9.169,73
Banco conta Movimento		37.703,39	74.144,84
Aplicações Financeiras (*)		696.085,03	593.949,96
		739.390,31	677.264,55
b. Com restrição		2024	2023
Banco conta Movimento		86.249,77	68.394,99
Aplicações Financeiras (*)		2.281.044,19	1.836.430,71

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rate até a data do balanço. **6. Convênios a receber (com restrição):** Refere-se ao saldo a receber, reconhecido pelo valor original, dos convênios firmados com órgãos governamentais para realização dos projetos sociais da entidade em Curto Prazo.

		2024	2023
meoria em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez, de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias; e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;			
c) Convênios: Para a contabilização de seus convênios com órgãos governamentais, a Entidade, adota a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade, a CFEC que aprova a NBC TG nº. 7 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2002; d) Estimativa de créditos de liquidação: Ocorre esta provisão não foi constituída, pois Administração da Prefeitura do Município de São Paulo		9.229.851,60	8.952.465,84
7. Adiantamentos: Refere-se substancialmente ao pagamento de férias de seus colaboradores; Bloqueio Judicial refere-se a processos trabalhistas em Andamento; Os valores contabilizados na rubrica Tributos a restituir/compensar, foram encargos gerados na Folha de Pagamento indevidamente no período de julho a dezembro 2020, pois com a adesão da MP936, este evento não tem incidência de Encargos, a Correção dos Cálculos resultou em valores pagos a maior.			

		2024	2023
8. Convênios a receber (com restrição): Refere-se ao saldo a receber, reconhecido pelo valor original, dos convênios firmados com órgãos governamentais para realização dos projetos sociais da entidade em Longo Prazo.			
Prefeitura do Município de São Paulo	15.736.796,75	26.539.818,41	

		2023	2024
		Saldo final	Saldo Final
Terrenos		177.450,00	177.450,00
Edifícios		4.380.625,00	4.380.625,00
Póço semirresistivo		150.000,00	150.000,00
Móveis e utensílios		364.106,31	364.106,31
Equipamento informática		97.182,89	97.182,89
Veículo		68.000,00	(68.000,00)
Máquinas e equipamentos		130.591,65	130.591,65
Total do imobilizado		5.378.255,85	5.378.255,85
Taxas a a			
Edifícios	4%	(1.405.480,13)	(175.637,00)
Móveis e utensílios	10%	(250.507,98)	(25.695,86)
Equipamento informática	20%	(85.971,01)	(6.558,22)
Veículo	20%	(68.000,00)	(68.000,00)
Máquinas e equipamentos	10%	(68.434,28)	(12.073,48)
Deprec. Recursos naturais	4%	(16.166,81)	(2.310,00)
Total da depreciação acumulada		(1.894.568,91)	(222.774,36)
Total Imobilizado:		3.483.686,94	5.155.481,49

		2024	2023
Passivo circulante: 10. Convênios a realizar (com restrição): Referem-se, valores a realizar em Curto Prazo, conforme condições estabelecidas nos Contratos de Convênio Financeiro.			
Prefeitura do Município de São Paulo		9.229.851,60	8.952.465,84

Luiz Tadeu Valencio	Adriana Ruiz Alcázar
Vice-presidente em exercício da Presidência	CRC: 1 SP 163284/O-0 Contadora
CPF: 038.712.088-73	CPF: 165.820.288-04

Aos Conselheiros e Administradores do CENTRO SOCIOEDUCATIVO PERSEVERANÇA São Paulo - SP.

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Socioeducativo Perseverança que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações adicionais. Nossa opinião, as demonstrações contábeis, assim como as informações e fatos apresentados, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Socioeducativo Perseverança, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão da auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com alguma informação relevante obtida na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma reconhecível. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Principais Assuntos de Auditoria:** Em nosso julgamento profissional, os principais assuntos são aqueles que foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e não a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis com um todo e não a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis:** A administração do Centro Socioeducativo Perseverança é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião segura e razoável e um alto nível de segurança, que não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem impacto financeiro, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fun-

damentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral da estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das responsabilidades significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpriremos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, o que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos/SP, 23 de abril de 2025.

ALBERTO FRANCISCO COSTA	FLAVIO ANTONIO GARRIDO
Contador - CRC-15P164232/O-0	Contador - CRC-15P094590/O-0
Auditor Independente	CVM nº 10.600 Auditor Assessor

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90195/2025

CONTRATANTE (UASG) 090181

OBJETO: Aquisição de Kit curativo pressão negativa, Cateter estéril, Composto protetor e Outros

DATA DA SESSÃO PÚBLICA 14/05/2025 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EP/EQUIPARADAS: AMPLO

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico <https://pnpc.gov.br/>.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANA SEIS
ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2025

O Dirigente da UGE 180177 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando a **Contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial para as 4ª CIA, 5ª CIA e base de Parapanacabá do 10º BPM/MI.** A sessão pública ocorrerá no dia **15/05/2025, às 08h30**, por meio do portal [Compras.Gov](https://compras.gov.br); no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. A Seção de Despesas, Orçamentos e Custos do Comando de Área Metropolitana Seis é o responsável pela condução do processo licitatório.

CORPO DE BOMBEIROS - COMANDO DE BOMBEIROS DO INTERIOR 1 - UASG 180390
ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025
UASG 180390 - Comando de Bombeiros do Interior 1
Licitação nº 90001/2025

Encontra-se aberto no Comando de Bombeiros do Interior 1, o Pregão Eletrônico nº 001420/25, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, objetivando a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CBI-1 E 7º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS**, conforme especificação técnica contidas no Termo de Referência, que integra o anexo I do Edital. A realização da sessão pública dar-se-á às **09:00 horas do dia 15/05/25**, sendo realizada por meio eletrônico através do site www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). As empresas interessadas em participar do certame poderão retirar o Edital pelo site www.compras.gov.br e demais esclarecimentos entrar em contato por e-mail cbi1uge@policiamilitar.sp.gov.br ou pelo telefone (19) 3231-3394.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90013/2025

CONTRATANTE (UASG) Grupo de Resgate – GRAU / 90200

PROCESSO: 024.00007499/2025-65

OBJETO: Aquisição de agulhas, coletor, seringas e outros.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA 13/05/2025 às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço/por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EP/EQUIPARADAS: SIM

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico <https://pnpc.gov.br/>.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SEIS
ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90032/2025

O Dirigente da UGE 180154 torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando a **contratação de empresa especializada para aquisição de Láureas de Mérito Pessoal para o efetivo do 21º BPM/MI.** A sessão pública ocorrerá no dia **12/05/2025, às 08h00**, por meio do portal [Compras.Gov](https://compras.gov.br); no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta. O Comando de Policiamento do Interior Seis – CPi6 é o órgão responsável pela condução do processo licitatório.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90042/2025
CONTRATANTE (UASG) 090146 – CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA VIDEOCONFERÊNCIA**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/05/2025 às 09:00 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EP/EQUIPARADAS: SIM

PROCESSO SEI - 024.00044814/2025-35

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico <https://pnpc.gov.br/>.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INSTITUTO DE INFECTOLOGIA “EMÍLIO RIBAS”
PREGÃO ELETRÔNICO N: 90047/2025

CONTRATANTE(UASG):090180

OBJETO: CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO DE: **Horário adaptador intermediário e outros**

DATA DA SEÇÃO PÚBLICA: 13/05/2025 **HORÁRIO 08:00**

DIA: CRITÉRIO DE JULGAMENTO:(menor preço)ou (maior desconto)

MODO DE DISPUTA (ABERTO)

PREFERÊNCIA ME/EP/EQUIPARADAS: SIM

LIÇÃO CONTRATAÇÃO PNCP: 024.00000787/2025-99

CNPJ:46.374.500/0008-60

CONTRATO CSS N° 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto no Endereço Eletrônico à partir de 29/04/2025:
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90050/2025-SEI 024.0021236/2025-69

CONTRATANTE (UASG): UGA-I-HOSPITAL HELIÓPOLIS-UGO 090160

OBJETO : Aquisição de campo cirúrgico para uso no Hospital Heliópolis

DATA DA SESSÃO PÚBLICA : 16/05/2025 às